

O CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GESTÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS

Ana Karina Santana Martins¹

(Universidade Federal de Sergipe, email: bionarika@yahoo.com.br)

Resumo

O modo com que as sociedades se relacionam com que a natureza é fenômeno histórico-social que abre margens para várias interpretações, novos conceitos e caracterização do que seja “natureza. No contexto contemporâneo de desenvolvimento, a natureza transformou-se numa mera fornecedora de matéria prima e repositório dos resíduos e poluição advindos dos processos produtivos para geração de riqueza. O princípio de sustentabilidade surge neste contexto questionando a racionalidade econômica que legitimou uma falsa idéia de progresso, à medida que bania a natureza do processo econômico. A construção de uma nova sociedade que se pretende sustentável deve incorporar ao seu novo modelo de desenvolvimento: novos princípios e valores: de diversidade cultural, de sustentabilidade ecológica, de equidade social e de solidariedade transgeracional. Nesta perspectiva surge e ganha força a educação ambiental definida a partir de uma matriz que vê a educação como movimento integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática inspirada no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania. nas áreas de assentamentos rurais a educação ambiental revela-se uma importante estratégia de gestão permitindo a articulação de saberes distintos, mas que podem ser complementares e imprescindíveis à construção de um novo espaço de vida no qual figurem estratégias de sobrevivência integradas aos ciclos inexoráveis da natureza.

Palavras chaves: Educação ambiental, sustentabilidade, assentamentos rurais

¹ Licenciada em Biologia pela Universidade Federal de Sergipe e aluna regular do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, a qual vem desenvolvendo estudos em áreas de assentamento sob a orientação da Profª. Dra. Maria José Nascimento Soares, com financiamento da CAPES.

Antes das revoluções agrícolas e industriais, os seres humanos eram caçadores e coletores, viviam do que podiam matar ou colher dos sistemas naturais. A moderna sociedade urbano-industrial não só afeta e modifica os sistemas naturais, como também vem criando um arranjo totalmente novo.

A extensiva atividade econômica, de uma Sociedade Industrial caracterizada por fluxos de sentido único, em que matéria e energia de baixa entropia² convertem-se continuamente em matéria e energia de alta entropia, não integrados aos ciclos materiais da natureza (CAVALCANTI, 1998), tem produzindo mudanças ambientais em escala global excedendo os limites da biosfera. Deste modo, fica cada vez mais evidente que o fator limitativo do desenvolvimento no século XXI será o enfraquecimento dos “serviços” prestados pelos ecossistemas vitais. Neste sentido, o atual modelo de desenvolvimento radicaliza a ruptura homem-natureza e esta última será, como nunca antes, subjugada e subtraída em seus recursos a fim de suportar a reprodução do capital, agora em sua fase globalizada de acumulação.

O modo com que as sociedades se relacionam com que a natureza é fenômeno histórico-social que abre margens para várias interpretações, novos conceitos e caracterização do que seja “natureza”, não existindo conceito de natureza uniforme para todas as sociedades em todos os tempos e lugares. Como afirma Gonçalves (1989), toda sociedade, toda cultura cria, inventa, uma determinada idéia do que seja natureza, ao mesmo tempo em que cria e institui suas relações sociais. No contexto contemporâneo de desenvolvimento, a natureza transformou-se numa mera fornecedora de matéria prima e repositório dos resíduos e poluição advindos dos processos produtivos para geração de riqueza.

O princípio de sustentabilidade surge neste contexto questionando a racionalidade econômica que legitimou uma falsa idéia de progresso, à medida que bania a natureza do processo econômico. O conceito de sustentabilidade surgiu, portanto como marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade, reconhecendo a função suporte da natureza, como condição e potencial ao processo de produção (LEFF, 2001).

² Entropia: Índice de desordem associado a degradação da energia; transformação da energia para um estado aleatório e desorganizado (ODUM, 2007).

Do debate teórico e político para valorizar a natureza e internalizar as externalidades socioambientais ao sistema econômico, surge o ecodesenvolvimento. Segundo Brüseke (1998), foi Maurice Strong quem usou pela primeira vez o termo ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento, mas foi Ignacy Sachs quem formulou os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento. Essa “nova” visão integrou basicamente seis aspectos, que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e o respeito a outras culturas; f) programas de educação.

Não obstante, antes que as estratégias do ecodesenvolvimento conseguissem vencer as barreiras da gestão setorializada do desenvolvimento, reverter os processos de planejamento centralizado e penetrar nos domínios do conhecimento estabelecido, as próprias estratégias de resistência à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas de crescimento econômico e preservação da natureza. Daí surge a busca de um conceito capaz de ecologizar a economia eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza (LEFF, 2001).

O desenvolvimento sustentável desponta no cenário de enfrentamento da crise não como um conceito acabado, mas como uma idéia força, objetivando a melhoria da qualidade de vida e, sobretudo reconhecendo as três grandes dívidas ainda vigentes: a econômica, social e ambiental.

No entanto, o sistema capitalista no seu impulso controlável por crescimento, ainda é incapaz de deter a degradação por ele gerada, do mesmo modo ainda não detém uma fundamentação sobre a capacidade do mercado de dar o justo valor à natureza e a cultura; de internalizar as externalidades ambientais e de dissolver as desigualdades sociais; de reverter as leis de entropia e de atualizar as preferências das futuras gerações. Diante da crise ambiental, a racionalidade econômica resiste à mudança, produzindo um discurso de sustentabilidade para mascarar sua potencialidade em dilapidar os recursos naturais e reproduzir as desigualdades sociais (LEFF, 2001).

Segundo Leff (2006), o discurso do desenvolvimento sustentável deve incorporar novos princípios e valores: de diversidade cultural, de sustentabilidade ecológica, de equidade social e de solidariedade transgeracional, traduzidos num saber ambiental que critica

racionalidade dominante e possui um sentido estratégico na construção de uma racionalidade ambiental.

A construção de uma nova sociedade que se pretende sustentável coloca como desafio construção de uma nova ciência, a qual deve ser realizada em benefício de todos os que dela necessitam e sem prejuízo de outrem. Nesse sentido, é imprescindível o questionamento da racionalidade científica como instrumento de dominação da natureza e como forma de reprodução do atual modelo de desenvolvimento, pois sem tal exercício reflexivo ela não poderá incorporar seu papel quanto à explicação, com maior precisão e profundidade das relações entre os homens e destes com os demais seres da biosfera. (MARTINS, 2002).

O desafio ecológico que enfrenta a humanidade consiste em encontrar, em um difícil contexto teórico-prático, as respostas que tenham a capacidade efetiva para preservar a biosfera e produzir uma relação sociedade-natureza equilibrada. Nesse sentido, as mudanças das relações entre sociedade e a natureza deve balizar-se num processo de internalização da concepção na qual o homem é considerado mais um entre todos os componentes da biosfera e que o mundo é finito e, portanto, seus limites biofísicos restringem o crescimento econômico e obriga a repensar a idéia de progresso social. Não obstante, depreende-se que o desenvolvimento de tal postura perpassa pela aquisição de uma visão sistêmica a qual permite interpretar a realidade em termos de relações.

A comunicação e a organização dos/nos sistemas são conceitos igualmente centrais na Teoria dos Sistemas proposta por Ludwig Von Bertalanffy. Nesta acepção, o sistema compreendido como um conjunto de elementos interligados para formar um todo e que possui propriedades e características próprias, que não são encontradas em nenhum dos elementos tomados isoladamente. Essa teoria se constitui em uma ferramenta útil capaz de fornecer modelos³ a serem utilizados em diferentes campos e transferidos de uns para outros.

A partir da idéia de complexidade organizada dos sistemas reforçada por Edgar Morin se pode afirmar que todos os objetos e elementos que constituem a realidade objetiva constituem sistemas. Nesse sentido, o ser humano faz parte de um sistema social, no seio de um ecossistema natural, que esta dentro de um sistema solar, que esta

³ A preocupação que se coloca em torno da adoção de modelos é o risco de simplificação da realidade e a idéia de equilíbrio estático e determinístico. Tantos os ecologistas como os sociólogos tem salientado que os modelos de equilíbrio, tão facilmente manipulados no passado, não são assim tão confiáveis ou vantajosos como se pensava (MILIOLI, 2007, p. 77).

no sistema galáctico. Da mesma forma, o ser humano é constituído de sistemas celulares, que são constituídos de sistemas moleculares, que são constituídos de sistemas atômicos.

Capra (2002) desenvolve uma compreensão sistêmica e unificada que integra as dimensões biológicas, cognitivas e sociais da vida e demonstra que os seres humanos estão, de forma inextricável, ligados à teia da vida em nosso planeta e quão imperiosa é a necessidade de re-organizarmos o mundo segundo um conjunto de crenças e valores diferente (que não tenha o acúmulo de dinheiro por único sustentáculo) e isso não só para o bem-estar das organizações humanas, mas para a sobrevivência e sustentabilidade da humanidade como um todo.

Em consonância Leff (2006) salienta que os princípios da gestão ambiental do desenvolvimento e a construção de sociedades sustentáveis não se reduzem à crítica às necessidades de produção e consumo induzidos pelo crescimento cumulativo e pela lógica do curto prazo, mas, a isso acrescenta a crítica à homogeneização dos padrões produtivos e culturais, reivindicando ao mesmo tempo os valores da diversidade cultural e a preservação das identidades dos povos como princípio ético e como condição para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a cultura – entendida como conjunto de valores, saberes e práticas que modulam estilos de vida e os direitos das comunidades sobre os territórios étnicos, sobre suas práticas sociais e suas instituições para auto-gestão de seus recursos - deve ser inserida nos paradigmas da economia, nos processos de racionalização social das políticas do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2006).

A relevância concedida à cultura no processo de estabelecimento do desenvolvimento sustentável, parte do entendimento de que o comportamento, as atitudes humanas não são constituídas exclusivamente por uma natureza inata ou biologicamente determinada, mas são elaboradas na relação do homem com seus semelhantes e com a natureza, na medida em que se faz ser social e, portanto ser cultural.

Para Sachs (2004), o desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto, não podendo ignorar as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas espaciais distintas.

Diante desta forma de compreender os sistemas vivos, a academia está perplexa e carente de autocrítica, pois se de um lado percebe os limites de uma visão reducionista, de outro não domina a abordagem complexa do ambiente (MARTINS, 2002).

Em contrapartida, a reflexão sobre a complexidade ambiental abre um estimulante espaço para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalentes, implicando numa mudança na forma de pensar, uma transformação no conhecimento e das práticas educativas (JACOBI, 2005).

Nesse contexto emerge e ganha relevância a educação ambiental, como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, afirmando valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e de diversidade. Isso requer responsabilidade individual coletiva a nível local e planetário (LEONARDI, 2002).

Ao formar para cidadania ativa e igualitária a educação ambiental vai preparar homens e mulheres para exigir direitos, para a participação social e para a representatividade de modo a contribuir e influenciar a formulação de políticas públicas e a construção de uma cultura democrática.

Nesse sentido, a educação ambiental deve favorecer a formação de uma base conceitual suficientemente diversificada técnica e culturalmente, pois é impossível mudar uma realidade sem conhecê-la, buscando estabelecer relações de causa e efeito dos processos de degradação ambiental com a dinâmica dos sistemas sociais (PELICIONI; PHILIPPI JR. 2005).

A educação ambiental tem sido amplamente realizada no contexto escolar, mas ela também pode obter grande êxito quando realizada informalmente, especialmente em áreas como assentamentos rurais de reforma agrária. A perspectiva de emancipação do sujeito para intervenção crítica na realidade proposta pela educação ambiental apresenta sintonia com o processo de formação dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, pois o mesmo resguarda uma intencionalidade educacional

traduzida no movimento de luta, ou seja, quando o sem-terra contesta a ordem vigente, problematiza e propõe valores, projetando novos parâmetros de vida, à medida que se transforma sujeito de história (CALDART, 2000).

Nos assentamento a educação ambiental pode constituir-se numa importante estratégia de gestão viabilizando a articulação entre o saber do assentado e o saber técnico científica, contribuindo para diminuir a degradação ambiental e promover paulatinamente melhorias na qualidade de vida do assentado, à medida que ele se torna sujeito no processo de construção do assentamento como espaço de vida e de produção.

A viabilidade dos assentamentos tanto em termos ambientais como econômicos é permeada por desafios. Ao receber a terra a família assentada precisa lidar com problemas já existentes (como solos desgastados, áreas com morfologia muito acidentada, ausência ou excesso de chuva, falta de financiamento para os projetos), como tantos outros decorrentes da utilização das técnicas de desflorestamentos e queimadas, típicas da fase inicial do assentamento (SANTOS, 2007). Estas ações tendem a se prorrogar seja pela falta de orientação, pela morosidade no fornecimento dos créditos ou ainda por conta da assimilação de um modelo de desenvolvimento preconizado pela agricultura moderna (SANTOS, 2003).

O processo de modernização da agricultura brasileira consiste numa crescente integração da agricultura através de mudanças tecnológicas e ruptura das relações arcaicas (SILVA, 1996). As conseqüências oriundas do padrão de produção caracterizado pela maximização da produtividade da terra, do trabalho e de lucro são os prejuízos causados ao meio ambiente pelas práticas dilapidadoras dos recursos naturais.

Este cenário evidencia-se em áreas de assentamento em razão do descompasso entre as políticas públicas ambientais e agrárias, pois apesar do aumento do número de famílias assentadas e da criação de projetos de assistências técnicas (LUMIAR) e programas de educação (PRONERA – Programa Nacional de Educação nos Assentamentos de reforma Agrária), pouco se avançou nestas propostas no sentido de incorporar elementos que favorecessem uma atenção especial aos impactos dos projetos de Assentamentos (PAs) sobre o meio ambiente e neste sentido, na determinação de instrumentos e políticas que viabilizassem sua sustentabilidade (CURADO, 2008).

Segundo Campos (1999), a construção de uma nova mentalidade produtiva no setor agrícola depende necessariamente do estabelecimento de estratégias de planejamento ambiental, tendo como meta a preservação e renovação dos recursos

naturais, com a utilização formas alternativas de produção e a valorização da agricultura familiar.

Assim é preciso resgatar os conhecimentos já existentes e aperfeiçoá-los, buscando alternativas produtivas adaptadas às condições do agricultor e de sua terra, para tanto os técnicos precisam considerar os assentamentos em sua especificidade e complexidade, com sua dinâmica diferenciada e particularizada por condições locais e regionais.

Atuar num cenário tão complexo torna-se muito difícil para o técnico porque: 1) sua formação não foi direcionada para responder as comunidades com as quais deve trabalhar e para as quais o pacote tecnológico vigente é inacessível e inadequado; 2) É flagrante o conflito quanto ao papel a exercer, entre agente estatal de fiscalização e técnico de apoio técnico ao desenvolvimento integral da comunidade. Podem estabelecer-se vínculos de dependência difíceis de administrar ou se afigurar tênues diferenças entre autoridade e autoritarismo, assim é comum que os técnicos menosprezem os conhecimentos dos agricultores, adotando uma postura de repassadores de informação, porta-vozes da verdade (ITESP, 1998). Esta forma de procedimento deve ser rejeitada, em favor de outra que considere a estratégia de conhecimento do agricultor, suas experiências, seus costumes suas crenças, pois ao conhecer a lógica do assentado, o técnico poderá propor alternativas com chance êxito

Segundo Curado (2008), o assentado possui um saber tradicional manifesto no seu trabalho com a terra e pautado numa relação mais harmoniosa com a natureza. Esse saber é um elemento da cultura do assentado e opera segundo uma lógica própria, a qual nem sempre é percebida pelos “de fora” como detentora de aspectos de sustentabilidade, no entanto o entendimento desta lógica pode fornecer informações essenciais na definição de estratégias pelos diversos atores sociais na construção de processos de planejamento e gestão ambiental nos assentamentos rurais.

Nesse sentido cabe salientar a importância de reconhecer aspectos de sustentabilidade no saber do assentado, como criar possibilidades de articulá-lo ao saber sistematizado, sendo necessário para tanto uma redefinição da pesquisa, dos serviços de assessoria técnica e da política agrícola suscitando práticas agrícolas alternativas, numa vertente ecológica e sustentável.

Este projeto corrobora para construção de uma racionalidade ambiental, definida a partir das necessidades das comunidades e de seus conhecimentos sobre o meio e seus recursos; das condições de apropriação de seu ambiente como meio de produção e do

produto de seus processos de trabalho; da assimilação da ciência e da tecnologia moderna as suas práticas tradicionais para constituir meios de produção mais eficientes, respeitando suas identidades culturais (LEFF, 2001).

A proposta de conciliar o saber tradicional do assentado com os conhecimentos científicos do técnico evidencia a essencialidade de um processo educativo, no qual a troca de experiências fundamenta a construção de competências e a mudanças de atitudes e procedimentos que potencializam os objetivos de melhoria na qualidade de vida em consonância com desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis.

Aparentemente óbvio, o diálogo é o componente essencial em qualquer tarefa educativa e não seria diferente na educação ambiental, isso porque o diálogo torna possível e viável o trabalho com a diferença, que por sua vez, é pré-requisito da interdisciplinaridade. É na articulação destes três pilares – diálogo, respeito à diferença e interdisciplinaridade – que se fundamenta a educação ambiental (LEONARDI, 2002).

Para, além disto, a interdisciplinaridade permite reconhecer que nenhum especialista ou educador é dono da verdade absoluta. E que, no processo de aprendizagem e de descoberta científica existe um lugar importante para a insegurança que colocam sob suspeita as certezas reificadas. Não obstante, percebe-se que é justamente neste momento que o trabalho interdisciplinar revela em sua essência a ousadia, a criatividade e especialmente humildade de sujeitos que descobrem no diálogo com a diferença, caminhos que sua especialidade não consegue alcançar.

Além de permitir a problematização do conhecimento científico-tecnológico, os métodos capazes de articular diferentes conhecimentos, podem viabilizar também a construção de análises mais abrangentes e integradas das inter-relações entre processos naturais e sociais que determinam as mudanças ambientais.

Nesse sentido, ruma-se a construção de um saber ambiental, o qual “[...] não se configura numa doutrina hegemônica fechada e acabada, mas revela-se campo de formações ideológicas heterogêneas, constituído por uma multiplicidade de práticas sociais” (LEFF, 2006, p. 281). Deste modo, além de articular diferentes disciplinas, o saber ambiental reconhece igualmente o saber camponês, com seus valores culturais e práticas tradicionais (ecologicamente adaptadas) de uso da natureza. Segundo Curado:

A necessidade do estabelecimento de rupturas com o padrão de conhecimento cartesiano, especializado e deslocado das realidades locais constitui-se aspecto básico em qualquer intervenção nos assentamentos rurais, numa perspectiva ambiental, (...) para a valorização e incorporação dos

conhecimentos tradicionais e outros saberes a eles articulados, respeitando-se as características das dinâmicas socioculturais destas realidades específicas e criando condições para a construção de um saber e uma racionalidade ambientais (CURADO, 2004, p. 5).

A questão da sustentabilidade em áreas urbanas ou rurais perpassa pela adoção de um novo modelo de desenvolvimento, perpassa no qual, novos valores e princípios articulem-se no sentido de garantir a diversidade cultural, o equilíbrio ecológico, a equidade social e a solidariedade transgeracional. Neste propósito a educação ambiental tem muito a contribuir, enquanto processo dialógico e interdisciplinar, ela questiona a ordem e os valores vigentes formando o indivíduo não só para o desvelamento da realidade como também para intervenção crítica.

Mais especificamente nas áreas de assentamentos rurais a educação ambiental revela-se uma importante estratégia de gestão permitindo a articulação de saberes distintos, mas que podem ser complementares e imprescindíveis à construção de um novo espaço de vida no qual figurem estratégias de sobrevivência integradas aos ciclos inexoráveis da natureza.

Referências bibliográficas

- BRÜSEKE, Frans J. **O problema do desenvolvimento sustentável.** In CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.* São Paulo: Cortez, 1998, p. 29-40
- CAMPOS, Ginez Leopoldo R. de. **Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecológico:** algumas questões provocativas a serem conquistadas. In *Agricultura Familiar realidades e perspectivas.* Passo Fundo/RS: Editora Edinpf, 1999.
- CALDART, Rosali Sales. **O MST e a Formação dos Sem Terra:** o movimento social como princípio educativo. FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (compiladores) *La Ciudadania Negada Políticas de Exclusión em La Educaci3n y el Trabajo.* Colección Grupos de Trabajo-CLACSO, 2000.
- CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas. Ciência para uma vida sustentável** publicado pela Editora Cultrix Amana Key. São Paulo. 2002.
- CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1998. p. 17-25

CURADO, Fernando Fleury. **“Esverdeando” a reforma agrária: atores sociais e a sustentabilidade**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

_____. **A sustentabilidade ambiental na reforma agrária**. IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal: Corumbá/MS – 23 a 26 Nov 2004.

Disponível em:

http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/aspectsos/pdf/socio/3015_C_CURADO_1_OKVisto.pdf

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SAO PAULO "JOSE GOMES DA SILVA". **Cultivando sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária**. São Paulo: ITESP, 1998. 98 p. (Cadernos ITESP;7)

JACOBI, Pedro. **Educar para a Sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios**. In: Revista Educação e Pesquisa. Vol. 31/2. maio-agosto 2005, FEUSP. P. 1-31.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In CAVALCANTI, Clóvis (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

MARTINS, S. R. **Desenvolvendo a Sustentabilidade**. Texto elaborado a partir de outras publicações do autor como subsídio à sua participação na Mesa Redonda 1 do 42o CBO-2002: Energia, água e sustentabilidade - abordando o tema O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil.

MILIOLI, Geraldo. **O pensamento ecossistêmico para uma visão de sociedade e natureza e para o gerenciamento integrado de recursos**. Desenvolvimento e meio ambiente, n. 15, p. 75-87, jan./jun. 2007. Editora UFPR

ODUM, Eugene P.; BARRET, Gary W. **Fundamentos de Ecologia** (tradução Pagasus Sistemas e soluções) São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PELICIONI, Maria Cecília Foceci.; PHILIPPI JR, Arlindo. **Bases políticas Conceituais filosóficas e ideológicas da educação ambiental**. In PELICIONI, Maria Cecília Foceci.; PHILIPPI JR, Arlindo (org.). Educação e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. [6. ed.] São Paulo: Contexto, 1998.

SANTOS, Elaine Christian Barbosa dos. **Questão agrária e dinâmica ambiental nos assentamentos rurais Curralinho e Vitória da União / SE**. São Cristóvão, SE, 2007. 125 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007

SANTOS, Acassia Freire dos. **O assentamento Flor-do-Mucuri: uma experiência de reforma agrária**. 2003. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pro-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996. 217